

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: ESTUDO NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DE RISCO E BIOÉTICA NA ESFERA DA EDUCAÇÃO

ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY: STUDY IN PERSPECTIVE OF THE RISK OF SOCIETY AND BIOETHICS IN THE SPHERE OF EDUCATION

Jéferson Ricardo Brito da Silva¹

Dinora Tereza Zucchetti²

RESUMO

Este artigo, na perspectiva da Sociologia Ambiental, abarca a importância do meio ambiente para a qualidade de vida da nossa sociedade. Discute conceitos das teorias de Sociedade de Risco, Bioética e Educação Ambiental, com o intuito de refletir, compreender e analisar a forma de se trabalhar com o fenômeno dos riscos ambientais e suas reflexividades no âmbito da Educação. Neste artigo, está inserida a análise do exercício da cidadania ancorada na Bioética e suas identidades associadas à reflexão social de Ética Ambiental que se estruturam em práticas transformadoras nos contextos sociais de suas atuações.

Palavras-chave: Sociologia Ambiental. Sociedade de Risco. Bioética. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This Article from the perspective of Environmental Sociology embraces the importance of the environment to the quality of life of our society. Concepts discussed prospects (of the theories) of Risk of Society, Bioethics and Environmental Education. This in order to reflect, understand and analyze the way of working with the phenomenon of environmental risks and their reflexivity in Education. This article is part of the exercise of the analysis cidadania and Bioethics associated with the reflection of Environmental Ethics practices that are structured in transforming the social contexts of their actions. The methodology is the research literature and documents.

Keywords: Environmental Sociology. Risk Society. Bioethics. Environmental Education.

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa pela Universidade Feevale. Especialista em Filosofia e Sociologia: Ensino e Questões Contemporâneas pela Universidade Feevale. *E-mail:* jeferson.brito@hotmail.com.

² Dinora Tereza Zucchetti. Doutora em Educação pela UFRGS. Professora do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale. *E-mail:* dinora@feevale.br

INTRODUÇÃO

O artigo tem como foco de análise o estudo do campo da Sociologia Ambiental como possibilidade de ampliar a relação entre reflexividade social e questões ambientais no contexto da sociedade e da educação. Articula os conceitos de Sociedade de Risco e Bioética com ênfase na Ética Ambiental como pré-condições para se trabalhar o fenômeno dos riscos ambientais. Ou seja, busca verificar como os riscos ambientais trazem uma reflexividade e uma ação (consciente) para os atores sociais na esfera educacional.

Na sequência, o tema da Modernização Reflexiva é analisado pela condição de desincorporação e reincorporação de formas sociais industriais por outra modernidade que possibilita a reflexão sobre o outro, através de instituições e da democracia ecológica. O tema da Identidade e Educação Ambiental é analisado sob o viés da condição identitária e a reflexividade sobre a consciência socioambiental no contexto social em que está inserido. A transversalidade da Bioética e sua influência no meio ambiente serão abordadas em análise às questões ambientais.

Este artigo foi construído pelos procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental e, como resultados no transcorrer do trabalho, verificou-se que a consciência ambiental por meio da Sociologia Ambiental, a Bioética e a Educação necessitam considerar a sociedade como uma realidade mundial e o meio ambiente como o conjunto de condições para a preservação da vida no Planeta Terra.

1 SOCIOLOGIA AMBIENTAL

A relação entre a Sociologia e a questão ambiental remete-nos à Sociologia Ambiental³. Lenzi (2006) salienta que Catton e Dunlap, no final dos anos 70, cunharam a expressão Sociologia Ambiental, que, posteriormente, dividiu-se em três ramos: Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Risco.

³ Sobre Sociologia Ambiental destaco algumas publicações Gustavo Lima (2001) e Fátima Portilho (2001), bem como John Hannigan (2009).

Segundo Lenzi (2006), Catton e Dunlap propuseram um novo conjunto teórico que tornaria a Sociologia mais sensível à realidade socioambiental. A mudança paradigmática proposta pelos autores formou a concepção de Sociologia Ambiental como o “estudo da interação entre o meio ambiente e a sociedade” (LENZI, 2006, p. 278). Assim, o paradigma de excepcionalismo humano enfatiza as características humanas (cultura, tecnologia, linguagem e organização social), de modo a enfatizar o papel humano nas influências e coerções ambientais. Por outro lado, o novo paradigma ecológico é explicado por racionalizações biocêntricas, isto é, a partir dos ecossistemas, da ecologia que interpreta as condições ambientais na sociedade.

Dos três ramos da Sociologia Ambiental, é importante que se destaque a contextualização da Modernização Ecológica e sua relação com a ecologização, que, segundo Lenzi (2006), é a do crescimento econômico. Assim, a “Modernização Ecológica está centrada primordialmente nos atores de mercado e no setor industrial” (SPAARGAREN, 2000, p. 46)⁴. O Desenvolvimento Sustentável alia o interesse pelo meio ambiente e pela proteção ambiental. Barry (1999) situa o compromisso da sustentabilidade com as gerações humanas presentes e futuras. O Relatório Bruntland⁵ conceitua o Desenvolvimento Sustentável como sendo capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. Por sua vez, o ramo da Sociedade de Risco tem Ulrich Beck (2010) e Anthony Giddens (2009) como referência. Partilhamos, neste artigo, o estudo dessa vertente teórica que procura salientar o aspecto global das ameaças que criamos ao meio ambiente e aos seres humanos. Hanningam (2006), por sua vez, discorre que, na Sociedade de Risco, as ameaças e os perigos produzidos são partes da modernização, especialmente a poluição é distribuída de forma ampla, ao contrário do que era na Sociedade Industrial.

Giddens (1987) associou ao industrialismo e ao capitalismo as mudanças ambientais na modernidade. Para o autor, os impactos do industrialismo e do capitalismo sobre o meio ambiente seriam mediados pelo urbanismo moderno.

Quando o capitalismo está unido ao industrialismo, como tem ocorrido nas sociedades européias, o resultado é o início de uma série dramaticamente

⁴ Tradução do autor.

⁵ Também conhecido como “Nosso Futuro Comum” construído em 1987. Nesse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido como o uso de recursos renováveis para promover o crescimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade e o compromisso com a manutenção da pureza do ar, da água e da terra. Atende às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade de as próximas gerações atenderem às suas próprias necessidades (GIDDENS, 2005).

importante de alterações na relação entre seres humanos e o mundo natural. [...] A cidade é o contêiner de poder e está claramente diferenciada do interior, mas ambos participam do conteúdo do mundo natural, na qual e com o qual os seres humanos vivem numa condição de simbiose. O advento do capitalismo altera tudo isso. Quando conectado às pressões da mercantilização generalizada, o industrialismo engendra os meios de alterar radicalmente as conexões entre vida social e mundo material. O principal mediador desse processo é o urbanismo O [tradução do autor]. Giddens (1987, p. 146)

Giddens afirma, ainda, que o “industrialismo se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade” (1991, p. 66). Por conseguinte, a questão ambiental emerge com a crise ecológica e é criada pelas condições de risco da natureza.

2 CONTEXTUALIZAÇÕES DA SOCIEDADE DE RISCO

A relação ser humano/natureza está repleta de perigos e riscos oriundos da ação humana. Beck (1995) distingue os riscos das diversas culturas (que não se defrontam com risco, mas com perigos, uma vez que eles não resultam de atitudes tecnoeconômicas, resultantes da ciência e tecnologia, que podem ameaçar a vida e a sociedade, como as armas de destruição biológica e nucleares), todavia, os riscos são característicos das culturas modernas de Sociedade Industrial e de Sociedade de Risco, nas quais a ciência e a tecnologia possuem papéis primordiais nos cenários econômicos.

Os riscos contemporâneos surgem de forma diferente daqueles provindos da industrialização do início do século XIX, característicos da Sociedade Industrial. Nesse sentido, Beck (1995b) institui três critérios para distinguir os novos riscos:

Diferentemente dos riscos da Sociedade Industrial inicial, as ameaças nucleares, químicas, ecológicas e biológicas contemporâneas não são: (1) delimitáveis, seja social ou temporalmente, (2) imputáveis de acordo com as regras prevalecentes de causalidade, culpa e responsabilidade, e (3) nem compensáveis ou asseguráveis (BECK, 1995b, p.2) [tradução do autor].

Beck (1995a) adverte sobre a dimensão catastrófica dos riscos advinda da tecnologia genética, nuclear e química. A Sociedade de Risco sinaliza a condição excepcional de sociedades que se veem confrontadas pelo desafio da possibilidade de autodestruição de parte da vida na Terra.

Na Sociedade de Risco, Beck (2010) situa que as posições de classe podem não coincidir no processo de vitimização. Riscos ecológicos podem produzir situações que afetam os diversos grupos sociais (ricos/pobres, brancos/negros, homens/mulheres etc.), independentemente das classes sociais em que estão inseridos os indivíduos, uma vez que não seguem a segregação tradicional, em que os males ambientais são compartilhados pelas pessoas em iguais situações.

Com a intensificação dos riscos, é criado o “fim do Outro”. No passado, o sofrimento humano teria se construído através do “Outro”, em que grupos humanos invariavelmente seriam o foco da violência e exclusão social. Atualmente, os novos riscos ecológicos de longo alcance limitaram a distância entre os “Outros e Nós”, como indica: “pobreza pode ser marginalizada, mas não as ameaças da tecnologia nuclear, química e genética” (BECK, 1995b, p. 27)⁶.

A tendência universalizante e globalizante dos novos riscos ecológicos, seguidos pela globalização da produção industrial, torna-os independentes do local onde são produzidos. Para Beck (2010), a Sociedade de Risco seria comunidade de perigo, uma sociedade mundial que ultrapassa as fronteiras geográficas, políticas e sociais.

A dependência das pessoas em relação à ciência e seus representantes (institutos de pesquisa, cientistas e especialistas) tem como compreensão os fatos que ocorrem com elas e com a natureza. Os riscos são mediados pela ciência, que, como órgãos sensores, têm como fim tornar visível ou interpretável os novos riscos (contaminações nucleares e químicas, poluentes em gêneros alimentícios, doenças da civilização) que escapam completamente à capacidade humana de percepção direta das vítimas (BECK, 2010).

Por fim, Beck (1998a) aponta três tipos de riscos globais: a) provenientes da riqueza e associados ao desenvolvimento tecnoindustrial, b) condicionados pela pobreza, que, como enaltece o Relatório Brundtland, pode ser um estímulo à degradação ambiental, c) oriundos de armas de destruição de grande escala usadas no embate entre nações, no caso de guerra ou ações de grupos terroristas. Os riscos são avaliados pela percepção científica. Na Sociedade de Risco, a condição de vítima envolve a reelaboração de sua experiência pelo conhecimento científico e da informação técnica que é adquirida sobre os riscos.

⁶ Tradução do autor.

3 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

Para Beck (1997), a obsolescência da sociedade industrial se reflete na emergência da Sociedade de Risco. Isso designa que o desenvolvimento da sociedade moderna é gerador de riscos sociais, políticos e individuais que podem fugir ao controle das instituições e a possibilidade de uma auto(destruição) da Sociedade Industrial está inserida na modernização ocidental. A modernização reflexiva significa “a desincorporação e reincorporação de formas sociais industriais por outra modernidade, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica” (BECK, 1997, p. 12).

A caracterização da “modernização reflexiva” implica a autoconfrontação. Assim: “a transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida, e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo efeitos de padrões colaterais latentes” (BECK, 1997, p. 16).

Lash (1997) afirma que a estrutura da modernização reflexiva funciona como crítica a partir da contraposição a seus próprios propósitos. A modernização reflexiva é “uma teoria de poderes sempre crescente dos atores sociais – ou atividade social - são estruturas de informação e comunicação” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 136).

Lash (1997) analisa a estética da reflexividade. O particular é compreendido como estética e envolve a cultura popular, a estética da vida cotidiana e a arte elevada.

Na teoria da modernidade, segundo Lash (1997), há uma forma de individualização. A modernização reflexiva tem por “objetivo a libertação progressista da ação em relação à estrutura” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 137). O eu está cada vez mais livre dos laços comunitários e é capaz de construir suas próprias narrativas.

3.1 REFLEXIVIDADE INSTITUCIONAL DA MODERNIDADE

Giddens (1991) avalia que, na modernidade, o conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, assim, a reflexividade institucional é disseminada nas organizações modernas e apresenta-se em dois sentidos. Primeiro, a monitoração reflexiva da

ação leva as práticas sociais a serem examinadas e reformadas sob informação renovada sobre essas mesmas práticas. Segundo, a reflexividade institucional (conhecimento sobre as bases de reprodução de sistemas sociais) diz respeito à relação do conhecimento no mundo social. A reflexividade institucional possui a “recursividade característica de toda a reprodução social” (GIDDENS, 1999, p. 140).

Giddens (1999) insere a reflexividade institucional em um contexto de expansão livre das limitações preexistentes da vida social humana. Por isso, pode ocorrer “o desencaixe das relações sociais pelos sistemas abstratos e a conseqüente interpenetração do local e do global” (GIDDENS, 1999, p. 193) em termos de agenda política, implicam políticas emancipatórias da vida.

3.2 SUBPOLÍTICA, DEMOCRACIA ECOLÓGICA E POLÍTICA AMBIENTAL

Os riscos da modernização são o cerne da autopolitização da Sociedade de Risco. Beck (1999) insere a política do conhecimento como alternativa para mudanças na sociedade. O autor considera que o termo subpolítica indica uma nova cultura política que funciona na base da sociedade civil e fora das instituições. Ela não representa organizações tradicionais da vida política (parlamento, partido e Estado). Nesse sentido, define a subpolítica como operadora de direitos civis. Os centros de subpolíticas são criados pelo estabelecimento de direitos básicos. Beck (1999) conceitua:

O conceito de subpolítica [...] fixa sua atenção sobre os sinais de auto-organização (definitivamente global) da política que tende a colocar todas as áreas da sociedade em movimento. Subpolítica significa política direta, isto é, participação individual ad hoc em decisões políticas, desviando-se das instituições de formação de opinião representativas (partidos, políticos, parlamentos) e, freqüentemente, até mesmo, prescindindo da proteção da lei. Em outras palavras, subpolítica significa a modelação da sociedade a partir de baixo. Economia, ciência, existência cotidiana, vida privada, tudo acaba capturado pelo debate político (BECK, 1999, p. 39) [tradução do autor].

As estratégias da subpolítica, de acordo com Beck (2010), inserem-se no enfrentamento da irresponsabilidade organizada. O florescimento da subpolítica necessita de um sistema legal, forte e independente, meios de comunicação livres e críticos e um processo de autocrítica baseada nas diversas formas de conhecimento sobre riscos.

Beck (1995a) alerta para a desmoralização da aceitação que se pauta pelo questionamento das definições de segurança das elites burocráticas. A luta por concepções mais amplas de segurança contribui para a subpolítica, na qual as imperfeições das concepções tecnocráticas de segurança e perigo abrem espaço para a ruptura do monopólio social dos grupos que definem os riscos.

A democracia ecológica ou reflexiva, para Beck (2010), assenta-se na subpolítica. Essa esfera de política ambiental representa a democracia participativa, exercida por meios alternativos às instituições políticas (parlamento, políticos) e sua função é romper com a regra da maioria e constituir-se em uma constituição reflexiva de aprendizado. Giddens (1991) refere-se à política ecológica como forma de humanizar a tecnologia.

Latour (2004) analisa a redefinição da atividade científica e da atividade política. Dessa maneira, a questão democrática deve se estender às próprias ciências. No campo da ecologia política e científica, há a necessidade da compreensão de toda a natureza, ou seja, um ato de fazer ciência na democracia.

Latour (2004) assinala que a política ambiental precisa estar relacionada à natureza em suas relações com a sociedade. Da mesma forma, o movimento ambiental, o Estado e o Direito Ambiental podem ser o cerne da constituição da ecologia política.

3.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ESTADO

A sustentabilidade é referenciada pela garantia de fornecimento de serviços ambientais básicos à vida humana. Jacobs (1991) define a concepção sustentável da seguinte forma:

Sustentabilidade significa que o meio ambiente deveria ser protegido de tal forma e em tal grau que as capacidades ambientais (a capacidade do meio ambiente de realizar as suas várias funções) fossem mantidas através do tempo: no mínimo, em níveis suficientes para evitar catástrofe futura, e, no máximo, em níveis que dêem as gerações futuras a oportunidade de apreciar uma medida igual de consumo ambiental (p. 80).

Lenzi (2005) indica que a forma discursiva de democracia está associada ao caráter público das questões socioambientais. A sustentabilidade consiste em um bem público vital aos

seres humanos. Assim, ressalta-se a importância do meio ambiente para as necessidades básicas humanas.

A sustentabilidade está associada às questões de justiça social. As condições ecológicas são fundamentais para os seres humanos, então, deveríamos buscar traduzi-las em direitos ambientais (LENZI, 2005).

Os seres humanos poderiam ter o direito a um ambiente livre de ameaças com o desenvolvimento de uma segurança ecológica tão importante quanto a segurança social. Eckersley (1996) associa a sustentabilidade ao Relatório Brundtland no que tange à proteção à integridade física e à autonomia das pessoas.

Lima (2003) indica que o Estado é um dos agentes indispensáveis no processo de sustentabilidade e na constituição de Programas Ambientais.

Insera-se, nesse contexto de participação pública dos indivíduos, de colaboração pública e de cidadania como fatores essenciais, a sustentabilidade socioambiental. No caso das capacitações municipais, reforça-se a importância das instâncias locais nas decisões sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos⁷, priorizando-se sempre a ação junto aos catadores informais em cada cidade (ABREU, 2001, p. 41).

Carvalho (2004) indica que a sustentabilidade pode ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. É fundamental a construção de uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não pode mais ser pensada separadamente das decisões governamentais e das ações da sociedade civil.

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder. Destina-se à resolução de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum (SORRENTINO et al., 2005).

Lenzi (2006) assinala que a sustentabilidade é, ao mesmo tempo, questão de justiça, democracia e direitos humanos. Cabe à política pública ambiental a possibilidade de estimular a mudança rumo a uma nova ordem social ambientalmente saudável.

⁷ Ver a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que determina o fim dos lixões a céu aberto, presentes em quase todos os municípios brasileiros, até 03-08-2014, conforme artigo 54.

4 A BIOÉTICA, ÉTICA AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A conceituação de Bioética é representada como “o estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão, decisão e normas morais – das ciências da vida e dos cuidados da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num contexto multidisciplinar” (CLOTET, FEIJÓ, OLIVEIRA, 2005, p. 10). O princípio da prudência em relação à ciência e tecnologia tem gerado formas de orientar atitudes moralmente adequadas.

Junges (2010) contextualiza a (Bio)ética ambiental relacionando-a a realidades humanas, valores, bens e normas implicadas no intercâmbio entre pessoas. Assim, as realidades naturais recebem consideração moral, enquanto relacionadas aos interesses humanos. Segundo o autor, a ética ambiental tem como objeto moral a vida em seu sentido amplo, constituída por um processo evolutivo. A partir daí, inclui-se a biosfera, a natureza, os seres vivos como merecedores de consideração moral.

Grün (2007) analisa que a abordagem da dimensão ética da Educação Ambiental tem sido proposta por uma série de protocolos internacionais e tem também feito parte da agenda política do ambientalismo. Muitos ambientalistas e educadores (as) ambientais falam da necessidade de uma ética planetária ou global.

O filósofo ambiental anarquista John Clark (1993) verifica que os seres humanos seriam a Natureza conhecendo a si própria. A ecologia social propõe um princípio de totalidade ecológica que vê todo o curso da evolução planetária como um processo objetivando um aumento da diversidade e a emergência do valor. Não há separação entre a dominação da natureza e a dominação dos humanos uns pelos outros, pois nós somos Natureza. Ao se transformar uma sociedade humana por meio da consciência ecológica, a interação da humanidade com a Natureza também será transformada. O fato de a humanidade ser a “natureza tornada auto-consciente [sic]” acarreta várias implicações de cunho ético: “isso significa que nós pensamos como energia auto-consciente, vida auto-consciente, animal auto-consciente, terra auto-consciente” (CLARK, 1993, p. 346-347). A liberdade encontrar-se-ia na autodeterminação e na cooperação simbiótica de todos os níveis. A Ecologia Social é holista, pois a Terra é vista como um todo do qual todos os seres são partes. A realização do bem da Terra como totalidade geradora de valor é inseparável do autodesenvolvimento advindo de nossa cooperação com a evolução. A regeneração ecológica é inseparável da regeneração social e da criação de ecocomunidades.

Guattari (1990) analisa a criação de uma ecosofia no espaço educacional. Dessa maneira, pode haver produção de espaços éticos e políticos estruturados na área de Educação Ambiental., instrumentalizando-se a ação política na sociedade atual. Por sua vez, Frijof Capra mostra a necessidade de tornamo-nos ecologicamente alfabetizados, o que significa:

Entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. Precisamos revitalizar nossas comunidades – inclusive nossas comunidades educativas, comerciais e políticas – de modo que os princípios da ecologia (interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade) manifestem-se nelas como princípios de educação, de administração e de política (CAPRA, 1996, p. 231).

Capra (2006) analisa que a alfabetização ecológica significa uma mudança de paradigma cultural que regeu as relações entre os seres humanos e a natureza nos últimos quinhentos anos. Esse câmbio só é possível pela convergência mental das atitudes de consumo sob a visão da ética, em que um novo *ethos* cultural está atento aos ciclos da natureza, superando comportamentos irresponsáveis de consumo, produtores de desperdício, lixo e poluição ambiental.

4.1 IDENTIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O comportamento ecológico pode ser gerador de identidade. Goffmann (1988) analisa a identidade pessoal como marcas positivas de apoio, na qual a história de vida do indivíduo é incorporada na constituição da identidade. A identidade pessoal, segundo Goffman (1988), que também pode estar em documentos de arquivos, é a entidade estruturante da história biográfica do indivíduo. O reconhecimento cognitivo é o ato perceptivo de qualificar o indivíduo e sua identidade pessoal. A identidade pessoal é construída a partir da cultura do indivíduo. A “identidade grupal é parte constituída da identidade individual” (MARTINS, 2005, p. 173).

Giddens (2002) afirma que a vida cotidiana se realiza pela existência como um modo de estar no mundo. O comportamento do ser humano reflete-se na natureza das atividades a que se dedica, formando sua consciência ontológica. A autoidentidade torna-se reflexividade organizada quando: “o projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes [...] tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrado por sistemas abstratos” (GIDDENS, 2002, p. 12).

O planejamento da vida reflexiva pressupõe certos riscos filtrados pelo conhecimento especializado. A autoidentidade é uma característica central dessa estruturação e, na condição social moderna, Giddens (2002) considera que o estilo de vida assume um significado particular. A tradição, ao perder seu domínio, e o modo de viver sendo reconstituídos, os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida entre diversas opções.

O fator da crise ambiental é a incerteza, e isso terá maior ou menor impacto de acordo com a forma como a sociedade, segundo Beck (1997, p. 17), "levanta a questão da autolimitação do desenvolvimento, assim como da tarefa de redeterminar os padrões (de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das conseqüências do dano) atingidos naquele momento, levando em conta as ameaças potenciais".

Em meio ao cenário social de insegurança, cabe à Educação Ambiental um papel primordial. O tema da sustentabilidade⁸ confronta-se com o paradigma da sociedade de risco. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à Educação Ambiental (JACOBI, 2005).

Para Pedrozo e Nunes (2000), a sustentabilidade permite uma globalização mais equilibrada. As organizações incorporam as dimensões sociais, éticas, ambientais na busca de um futuro mais humano.

A conscientização sobre o meio ambiente é derivada de uma cidadania participativa. Trata-se de promover o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental (JACOBI, 2003).

Na caracterização de identidade, analisa-se a constituição das identidades individuais e grupais nas sociedades contemporâneas. O papel social de uma Educação Ambiental pode se configurar em um entrelaçamento com o desenvolvimento da personalidade humana. Como aponta Jacques,

[...] essa identidade, associada a outros atributos socialmente valorizados e julgados como constitutivos do ser humano pelo imaginário social, mostra-se, à consciência do sujeito, como um elemento definitório de grande significação na identidade psicológica (1997, p. 128).

⁸ Sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, é interessante observar os resultados das pesquisas de Eugênio Ávila Pedrozo e Tânia Nunes da Silva(2000).

A Educação Ambiental (CAMPOS, 2000) aponta para a necessidade de políticas públicas de educação. Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do homem em sua relação com a natureza vem se tornando cada vez mais predatória. A década de sessenta pode ser considerada como uma referência quanto à origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental e 1972, um ano histórico para o movimento ambientalista mundial, quando as primeiras discussões sobre o tema culminaram na Conferência de Estocolmo.

O surgimento da questão da educação ambiental, para Piva (s.d.), possibilita uma ação estratégica em busca da formação de indivíduos capazes não mais de dominar, mas de seguir/guiar a natureza. Para Morin (1997), esse novo casamento entre a natureza e a humanidade necessitará de uma superação da técnica atual, que, por sua vez, necessita de uma superação do modo de pensar atual, inclusive científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Ambiental está avançando no processo de institucionalização de um novo campo de pesquisas, ensino e debate sobre a temática ambiental em perspectiva sociológica. O crescente reconhecimento de que a questão ambiental é, em última instância, condicionada pela organização social. Ou seja, embora a crise ambiental tenha uma inegável base biofísica, além de dimensões tecnológicas e demográficas, esses fatores são influenciados e orientados pelos modelos políticos, econômicos e sociais que definem a ordem e a desordem social contemporânea.

O aporte da Sociologia Ambiental reveste-se de decisiva importância na compreensão e busca de respostas para os atuais problemas socioambientais. De acordo com essa compreensão, deduz-se o papel fundamental da Sociologia Ambiental no subsídio às políticas públicas, em sentido amplo, que envolve a questão ambiental articulada à bioética e à educação.

Cabe também à Sociologia Ambiental, embora não exclusivamente, a tarefa de divulgação e conscientização pública e política sobre a dimensão ambiental de inúmeros problemas sociais que não são concebidos como tal. Exemplos desse fato são os diversos problemas relativos à saúde pública, aos padrões de produção e consumo, ao saneamento, à degradação urbana, ao abastecimento de água, aos acidentes de trabalho e de trânsito e à geração

de riscos tecnológicos, entre tantos outros que não são diretamente percebidos como produtos da crise ambiental. Esses problemas são geralmente tratados de forma fragmentada, quando poderiam ser politicamente abordados como componentes de uma demanda ambiental mais ampla, que se expressa como uma reivindicação pela ampliação da cidadania e pela melhoria da qualidade de vida coletiva.

No que se refere à atividade de produção teórica e de pesquisa, há a possibilidade de articular a questão ambiental com temas sociológicos da atualidade, como é o caso das análises da sociedade pós-industrial, do deslocamento do emprego para o setor de serviços, das modificações nos padrões de consumo de recursos naturais, dos novos sistemas de produção industrial, da questão energética, da escassez de recursos, do desenvolvimento sustentável, da urbanização desordenada, da questão demográfica, agrícola, biotecnológica, da engenharia genética, dos transportes, da sociologia da família como núcleo primário de consumo e educação, do complexo de produção/consumo, entre outras possibilidades.

No decorrer deste artigo, buscou-se focar as dinâmicas relativas à construção de identidades iminentes da crise socioambiental generalizada, no contexto do que Ulrich Beck (1997; 1998; 2010) e Anthony Giddens (1987; 1991; 2002; 2010) denominaram “sociedade de risco”, que implicam um grau de conscientização ambiental no campo educacional.

O estabelecimento da bioética na educação pode ser capaz de estabelecer conexões com uma práxis transformadora. Ela terá condições de nos empoderar para que estejamos alertas para tudo aquilo que se apropria de nós ou da Natureza sem o nosso consentimento, em busca da consciência e da prática socioambiental.

Enfim, a consciência ambiental exige pensar uma sociedade para além da questão técnico-econômica. Isso significa que a Sociologia Ambiental, a Bioética e a Educação necessitam considerar a sociedade como uma realidade mundial e o meio ambiente como o conjunto de condições para a preservação da vida no Planeta Terra.

REFERÊNCIAS

BARRY, J. **Environment and theory social**. London, UK: Routledge, 1999.

BECK, U. **Ecological politics in age of risk**. Cambridge, UK: Polity, 1995a.

_____. **Ecological Enlightenment: essays on the politics of the risk society.** New Jersey, US: Humanities Press, 1995b.

_____. **Democracy without enemies.** Cambridge, UK: Polity, 1998b.

_____. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade.** 34 ed. São Paulo, SP: 2010.

_____. **World risk society.** Cambridge, UK: Polity, 1999.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo, SP: UNESP, 1997.

CAMPOS, M. M. F. de Campos. **Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade: tendências reveladas.** Tese (Doutorado). Campinas, SP: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo, SP: Cortez, 2004.

CLARK, J. Introduction. In: ZIMMERMAN, M.E. et al. (Eds.). **Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology.** New Jersey, US: Prentice Hall, 1993.

CLOTET, J.; FEIJÓ, A.; OLIVEIRA, M. G. (Coordenadores). **Bioética: uma visão panorâmica.** Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005.

ECKERSLEY, R. Greening liberal democracy: the rights discourse revisited. In: DOHERTY, B.; GEUS, M. de. (Org.) **Democracy and green political thought.** London, UK: Routledge, 1996.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias.** Campinas, SP: Papirus, 1990.

GIDDENS, A. **A Política da Mudança Climática.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editor, 2010.

_____. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo, SP: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **The Nation-State and Violence.** Berkeley, US: Califórnia Press, 1987.

_____. **Sociologia.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1988.

GRÜN, M. **A Pesquisa em Ética na Educação Ambiental**. Santa Catarina, SC: Universidade do Planalto Catarinense, v. 2, n. 1, p. 185-206, 2007.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JACOBI, P. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2005.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1997.

JACOBS, M. **Green Economy**. London, UK: Pluto Press, 1991.

JACQUES, M. d. G. Identidade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JUNGES, J. R. **(Bio)ética Ambiental**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, SP: UNESP, 1997.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

LIMA, G. d. C. O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LIMA, G. da C.; PORTILHO, F. Sociologia Ambiental. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, UFMG, n.7, p. 241-276, jun. 2001.

MORIN, E. **O Método I, a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1997.

PEDROZO, E. Á.; SILVA, T. N. **Desenvolvimento Sustentável e Abordagem Sistêmica**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2000.

PIVA, A. **A Difusão do Pensamento de Edgar Morin na Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil**. PPG Educação. Belo Horizonte, MG: UFMG, s/d.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago. 2005.

SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory and changing discourse on environment and modernity. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. (Org.). **Environment and global modernity**. London, UK: Sage, 2000, p. 41-71.